

Deputado eleito fez 16 remessas para o Exterior

Amâncio Chioldi/AE—10/10/89

Moisés Lipnik, do PTB de Roraima, responde a pelo menos 45 processos

PAULO FRANCIS

NOVA YORK — Moisés Lipnik é deputado federal pelo PTB de Roraima. Mora em São Paulo e atua no Brasil e internacionalmente. É de nacionalidade colombiana. Não se naturalizou brasileiro. Como foi permitida sua candidatura e como se elegeram em Roraima são temas para futuras investigações. É alvo de diversos processos criminais, movidos pelos bancos Bamerindus, Econômico, Banorte e Itaú. Deputado federal tem, naturalmente, imunidade. Só poderá ir a julgamento se a Câmara consentir. Os precedentes não animam, mas a documentação contra Lipnik encheria um livro e preenche dossiês de empresas de advocacia que procuram levá-lo às cortes de Justiça. Há 45 processos contra ele.

Este correspondente tem atestado de 16 remessas de dólares de Lipnik do Brasil para os EUA, com datas e quantias respectivas. Devem ser a cabeça do iceberg, do que sugere a quem tem alguma experiência do assunto, uma vasta lavagem de dinheiro ilícito. Em 10 de maio de 1994, em resposta a uma intimação do Commercial Bank of New York, Lipnik, temendo congelamento ou confisco, transferiu US\$ 632.927 de Nova York para o Brasil. Fez duas transações diferentes para concretizar a remessa.

Envia o dinheiro com o código nome Ridley, uma de suas empresas-fantasma. Suas remessas para os EUA, com data e banco



Moisés Lipnick, colombiano eleito em 94 por Roraima: prontuário de atividades misteriosas

recipiente: em 7 de fevereiro de 1994, US\$ 504.357 dólares, para o Bank of New York; na mesma data, US\$ 200 mil para o MIB bank; em 4 de fevereiro de 1994, US\$ 500 mil para o Bank of New York; na mesma data, US\$ 400 mil para o MTB; em 27 de dezembro de 1994, US\$ 596 mil para o MTB; em 21 de dezembro de 1993, US\$ 51 mil para o MTB; em 26 de novembro de 1993, US\$ 420 mil para o Bank of New York; em 19 de outubro de 1993, US\$ 1 mil para o MTB; em 7 de outubro de 1993, US\$ 45 mil

para o MTB; em 28 de setembro de 1993, US\$ 20 mil para o MTB; em 15 de setembro de 1993, US\$ 2,8 mil; em 27 de agosto de 1993, US\$ 80 mil para o MTB; em 2 de agosto de 1993, US\$ 25 mil para o Bank of New York; em 27 de julho de 1993, US\$ 32.995, idem; em 21 de julho de 1993, US\$ 10,7 mil, idem; em 11 de junho de 1993, US\$ 100 mil para o Commercial Bank.

Esse dinheiro é invariavelmente remetido a empresas ou pessoas físicas, das quais nem sempre foi possível apurar o nome exato, ainda que se saiba que as transações foram feitas pelos donatários do paralelo no Brasil.

O MTB Bank, por exemplo, que fica em 90 Broad Street, New

York, reconhece remessas para Etrog Corp. e Bis(c)one Fina. O banco Leumi de Nova York acusa recebimento de dinheiro enviado a Moisés Sragowicz e a Bellwood Investments. O Barclays PLC reconhece remessas feitas para Global Asset Management, GAM Global e GAM (em dinheiro) e Bellwood investments. O Barclays PLC fica em 75 Wall Street, New York. O Citibank informa ter recebido dinheiros para "um de nossos clientes", confirmando apenas a referência à transação, 319-

093592, em 23 de junho de 1993. Outra transação, de recipiente não especificado, tem o número de 319-11839. Outra, identificada é Interaneruian Projects Corp, ref F6950120GB = 40561814. Uma conta que talvez seja chave está no Banco Mizahi & Trust, em 630, Quinta Avenida, Nova York. Há também transações com o República Nacional Bank, uma destinada Alpha Trading Corp. e outra a "Henrique". Isso tudo está documentado.

Os advogados que investiram e

Check-up pago pelo contribuinte

Prefeitos baianos farão exames a cada seis meses no mais luxuoso hospital de Salvador

SALVADOR — A partir de hoje, todos os 415 prefeitos baianos estão obrigados a se submeter a check-up médico a cada seis meses no mais luxuoso hospital do Nordeste, o Aliança, em Salvador. A conta será paga pelo contribuinte, já que a iniciativa foi da União das Prefeituras da Bahia (UPB), entidade que sobrevive há 30 anos com receita proveniente de 0,5% do ICMS recolhido por cada prefeitura.

Os prefeitos que não fizerem os exames terão os nomes publicados em jornais locais, anunciou o presidente da UPB, Aris-

ton Andrade, que baixou portaria com a determinação outem, seu último dia de gestão à frente da entidade. Médico, Andrade explicou que todo prefeito está sujeito diariamente aos efeitos do "stress".

O convênio médico inclui exames clínicos e complementares. Andrade, que é prefeito de Monte Santo, no semi-árido baiano, apresentou à Assembleia Legislativa,

quando deputado, projeto criando um serviço de ambulâncias-UTI para atender parlamentares e funcionários. Ele tomou a iniciativa depois de dois colegas, os ex-deputados Raimundo

Pimenta e Eliel Martins, terem atendimento de emergência prejudicado porque uma clínica especializada de Salvador exigia pagamento antecipado. O projeto não foi aprovado.

CONVÊNIO MÉDICO PARA COMBATER O "STRESS"

EMPRESAS TEM DOSSIÊS CONTRA PARLAMENTAR

ADVOGADOS DIZEM QUE DINHEIRO TEM ORIGEM ILÍCITA